



1290003858

TCC/UNICAMP
So89L
1290003858/FE

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

SABRINA DE OLIVEIRA MACIEL DE SOUSA

**A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: RECONHECIMENTO E
LEGITIMAÇÃO**

**CAMPINAS
2008**

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

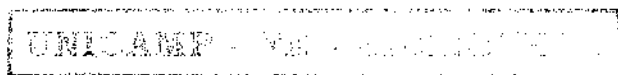
**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

SABRINA DE OLIVEIRA MACIEL DE SOUSA

**A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: RECONHECIMENTO E
LEGITIMAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de
Curso apresentado como
exigência parcial para o
curso de Pedagogia da
Faculdade de Educação,
Unicamp, sob a
Orientação da Profª Drª
Zilda Maria Gesueli.

**CAMPINAS
2008**



UNIDADE.....FE.....
Nº CHAMADA:
TCC/UNICAMP
5079L
V:.....FE.....
TOMBO: 3858
PROC: 148109
C:.....D: X.....
PREÇO: 11,00
DATA: 02/04/09
Nº CPD:.....

cod tit 436845

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP

Sousa, Sabrina de Oliveira Maciel de
So89L A língua brasileira de sinais : reconhecimento e legitimação / Sabrina de
Oliveira Maciel de Sousa. -- Campinas, SP : [s.n.], 2008.

Orientador : Zilda Maria Gesueli.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Educação.

1. Língua de sinais. 2. Surdez. 3. Educação. I. Gesueli, Zilda Maria. II.
Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

08-530-BFE

Comissão Julgadora:

Orientadora: Profª Drª Zilda Maria Gesuei

2º Leitor: Profª Drª Heloísa Helena Pimenta Rocha

Resumo

Em decorrência da Política de Educação Inclusiva temos o último documento, o decreto nº 5.626 de 2005, que legitima a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como a língua oficial da comunidade surda. Daí a importância de revermos as leis que promovem a inserção dessa língua no ensino superior e na formação do professor. Dessa forma, inúmeras mudanças vêm ocorrendo na área da surdez no que se refere às questões educacionais. Neste trabalho realizamos um levantamento documental sobre leis, decretos e portarias no período de 1994 a 2007, que dão visibilidade a Língua de Sinais com o objetivo de pesquisar a trajetória da educação de surdos e seus movimentos no Brasil, partindo da Declaração de Salamanca e finalizando com o projeto de lei sobre a educação especial ainda em discussão.

A metodologia de pesquisa está centrada na análise de conteúdo de acordo com Bardin (1977). Este trabalho possibilita maior conhecimento sobre todo o percurso da Língua de Sinais na educação e sobre as constantes lutas da comunidade de inserção social e educacional.

Dedicatória

À minha querida e muito amada mãe Miriam (in memóriam).

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade.

À minha mãe Miriam (in memóriam) por ter me ensinado o valor da vida, por tantos sacrifícios realizados e pelo apoio incondicional para eu estar aqui hoje. Te amo mãe, saudades!

À minha família, meu pai Gilmar, pelo carinho e pelas orações na fábrica,

À minha irmã Michele pela companhia maravilhosa, dedicação, paciência e apoio nos piores e melhores momentos.

À minha linda sobrinha Livia, que mesmo sem saber, com apenas dois aninhos, me fazia sorrir nos momentos de exaustão e de dor. E que hoje continua a nos dar muitas alegrias e nos enche de orgulho.

Ao meu noivo e grande amor Neto, por estar sempre presente, pela paciência, incentivo, compreensão, pelo cuidado, pelas palavras certas nos momentos difíceis, enfim, obrigada por tudo, Eu Te Amo!

À minha orientadora Zilda, pelo carinho e atenção, por todas as orientações e conversas que contribuíram muito para o meu crescimento.

A prof^a. Dr^a. Heloisa Helena pela grande contribuição.

Aos colegas da Universidade, por todos os momentos vividos, pelas grandes discussões e pelo eterno aprendizado.

“Deficiente” é aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive, sem ter consciência de que é dono do seu destino.

“Louco” é quem não procura ser feliz com o que possui.

“Cego” é aquele que não vê seu próximo morrer de frio, de fome, de miséria, e só tem olhos para seus míseros problemas e pequenas dores.

“Surdo” é aquele que não tem tempo de ouvir um desabafo de um amigo, ou o apelo de um irmão. Pois está sempre apressado para o trabalho e quer garantir seus tostões no fim do mês.

“Mudo” é aquele que não consegue falar o que sente e se se esconde por trás da máscara da hipocrisia.

“Paralítico” é quem não consegue andar na direção daqueles que precisam de sua ajuda.

“Diabético” é quem não consegue ser doce.

Anão é quem não sabe deixar o amor crescer.

E finalmente, a pior das deficiências é ser miserável, pois:

“Misérrimos” são todos que não conseguem falar com Deus.

Mario Quintana

Sumário

1) Apresentação.....	P.09
2) Introdução.....	P.12
3) Aspectos da história da surdez.....	P.15
4) Aspectos da história da surdez no Brasil.....	P.23
5) As diferentes concepções de surdez no contexto histórico	P.26
6) Metodologia.....	P.29
7) Compilação da Legislação e a concepção de surdez que se faz presente.....	P.30
7.1) Documentos que caracterizam a surdez como deficiência.....	P.32
7.2) Documentos que reconhecem e legitimam a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).....	P.35
8) Conclusão.....	P.39
9) Referências Bibliográficas.....	P.43

Apresentação

Desde pequena, minha mãe dizia, que eu gostava de brincar de escolinha, adorava ser a professora.

O tempo passou e quando decidi prestar vestibular, já sabia que seria para pedagogia. Então em 2005 prestei vestibular na Unicamp e fui aprovada, momento de alívio e felicidade!

No meu primeiro ano de graduação consegui uma bolsa trabalho do SAE (Serviço de Apoio ao Estudante) da Unicamp, e na escolha do projeto optei por trabalhar na área de educação especial. Então, ingressei no LAMA (Laboratório de Atividades Motoras Adaptadas), situado na Faculdade de Educação Física – FEF/Unicamp.

No LAMA auxiliava às pesquisas que estavam sendo desenvolvidas na época (Estratégias de ensino-aprendizagem do Kung Fu para pessoas com deficiência visual; A educação física na inclusão de crianças portadoras de síndrome de down: um estudo nas escolas públicas de Educação Básica de Campinas; Avaliação do autoconceito de Jovens Portadores de Síndrome de Down inseridos em um Programa de Esportes na Natureza; Técnicas e Táticas do Futebol para Cegos (Futebol de Cinco); Perfil antropométrico e desempenho atlético de jovens com deficiência visual participantes do atletismo nos 1 Jogos Escolares da CBDC; e Atividades Físicas para Pessoas com Deficiência Visual, por graduandos, mestrandos e doutorandos que faziam parte do Grupo de Estudo e Pesquisa em Atividade Motora Adaptada – GEPEAMA, coordenado pelo Profº. Dr. José Júlio Gavião. E na maior parte do tempo participava dos grupos em que eram “aplicados” os projetos (Atividades Físicas para Pessoas com Deficiência Visual; Avaliação do autoconceito de Jovens Portadores de Síndrome de Down inseridos em um Programa de Esportes na Natureza). Os grupos se compunham em três, sendo dois compostos por

jovens com deficiência mental e um formado por crianças e adolescentes cegos e com baixa visão.

A partir da minha participação nestes grupos, decidi trabalhar e pesquisar na área da educação especial. E em contato com um aluno doutorando do LAMA que me questionou sobre a área na qual pretendia me especializar, afirmando que não daria para ser especialista das diversas especialidades, percebi que deveria fazer uma escolha.

Foi então que pensei na importância de me inserir na área da surdez, pois já tinha contato com indivíduos com deficiência mental e visual e posso dizer que adorei a experiência, faltava conhecer um pouco da surdez.

No ano de 2007, ainda com a bolsa trabalho do SAE, decidi buscar um local que pudesse me oferecer essa oportunidade e, felizmente encontrei o CEPRE (Centro de Estudos e Pesquisas em Reabilitação “Prof. Dr. Gabriel O. S. Porto).

“O CEPRE é vinculado à Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, tendo por finalidade a pesquisa, o ensino e a assistência na área das deficiências sensoriais” (site oficial FCM – Unicamp)

Portanto foi no CEPRE que tive minha primeira experiência com pessoas surdas. Meu trabalho era o de auxiliar uma pedagoga, hoje uma querida amiga com quem aprendi muito, nas atividades com as crianças surdas.

Eram dois grupos compostos por crianças surdas, na sua maioria com perda auditiva profunda e algumas com perda moderada (apresentando resíduo auditivo). Lembro perfeitamente como se fosse hoje o primeiro dia em que estive com o grupo, nunca me senti tão estranha! As crianças “falavam” muito bem em LIBRAS, e a minha compreensão era nula! Desejava falar com elas, mas não sabia como, fiquei com a sensação de impotência, pois não podia fazer nada naquele momento,

a não ser admirar aquela língua tão expressiva pela qual as crianças se comunicavam.

No fim do dia, fui me inscrever na aula de LIBRAS, oferecida para o público interno do CEPRE, ministrada por uma professora surda.

Não perdia uma aula, e com o passar dos dias fui querendo saber mais e mais. Comecei a utilizar a LIBRAS na faculdade na interação com as minhas amigas, no meu trabalho, na minha casa, e até pensava em LIBRAS!!

Mas também compreendi nas orientações com a Prof^a. Dra. e responsável por esse projeto Zilda Maria Gesueli que ser surdo não se resume no domínio da língua de sinais, percebi que há muitas questões envolvidas na área da surdez, e que somente estudando a teoria, os autores e tendo contato com a comunidade surda é que você realmente entende o que é ser surdo e ter uma identidade surda.

Portanto, estudando a teoria e vivenciando a prática, a área da surdez me fascinou, desde então escolhi me aprofundar neste campo e a cada dia busco estudar e me atualizar nesta área, e tudo com muito prazer!

Introdução

A educação de surdos é um desafio por conta das questões de linguagem e identidade que se estabelecem no processo de construção do conhecimento e da subjetividade. Ao longo da história, diferentes correntes educacionais se estabelecem na educação destes sujeitos gerando polêmica e desdobramentos tais como o ensino bilingüe LACERDA (1998). A exclusão, nos nossos dias está travestida de inclusão: aqueles que têm sido permanentemente localizados do lado de fora das fronteiras são hoje chamados a entrar, o que não significa estar incluído.

Muitos profissionais que trabalham com surdos têm uma visão sobre a língua de sinais como uma forma de comunicação apenas, não atribuindo a ela o *status* de língua e considerando-a apenas uma alternativa para os surdos que não conseguiram desenvolver a língua oral.

De acordo com Quadros (1997), a Língua de Sinais surge pelos mesmos ideais, as necessidades naturais e específicas dos seres humanos de usarem um sistema lingüístico para expressarem idéias, sentimentos e ações. Dessa forma, a língua de sinais constituiu-se da necessidade de os surdos se comunicarem e participarem como parte integrante do seu meio, uma vez que apresentam dificuldades na aquisição da língua oral.

De acordo com a FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração, dos Surdos) A LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais é reconhecida, cientificamente, como um sistema lingüístico de comunicação gestual-visual, com estrutura gramatical própria, oriunda das Comunidades Surdas Brasileiras. É uma língua ¹natural, formada por regras morfológicas,

¹ Entende-se a LIBRAS neste texto como uma língua natural qualquer, com características próprias de uma língua natural qualquer, como por exemplo, a língua portuguesa, a língua espanhola que se aprende naturalmente quando há contato e necessidade de comunicação numa sociedade e não no sentido de inato ou como língua universal.

sintáticas, semânticas e pragmáticas próprias. É uma língua completa, com estrutura independente da língua portuguesa. Além disso, possibilita o desenvolvimento cognitivo dos surdos, favorecendo o acesso destes aos conceitos e conhecimentos existentes.

Segundo Souza (1998), a partir do momento em que os surdos passaram a se reunir em escolas e associações e se constituíram em grupo por meio de uma língua, passaram a ter a possibilidade de refletir sobre um universo de discursos sobre eles próprios, e com isso conquistaram um espaço favorável para o desenvolvimento ideológico da própria identidade.

Diante da Política Nacional de Inclusão que vem gerando diversos debates, discussões e polêmicas, faz-se necessário, destacar neste trabalho a importância da inserção da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), não apenas na inclusão educacional, mas em todo o contexto social para que esta língua seja de fato legitimada e a comunidade surda reconhecida na sua diferença.

Analisamos a trajetória da LIBRAS por meio de uma compilação das leis, decretos e portarias que tratam especificamente desta língua publicados a partir de 1994.

A escolha de tal período se deu em função do significado da Declaração de Salamanca, publicada em 1994, no contexto da escola inclusiva, pois segundo Veiga Neto, (2001) na América Latina, a partir da Declaração de Salamanca, é cada vez mais freqüente a idéia da inclusão da alteridade deficiente na escola regular. A elaboração desse documento foi resultante de uma Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, organizada pelo Governo da Espanha, em junho de 1994, em colaboração com a Unesco, embasado anteriormente pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948.

Este trabalho tem como objetivo analisar a trajetória de visibilidade da LIBRAS no contexto educacional, a partir de um olhar histórico, descrevendo as mudanças ocorridas na educação de surdos. Portanto, inicialmente focaremos o aspecto histórico da surdez, em seguida

as diferentes concepções de surdez existentes e as concepções de surdez que estão presentes nos documentos. E por fim analisaremos os documentos compilados relacionando-os com a concepção de surdez, no que se refere a considerá-la como deficiência ou como comunidade minoritária, constituída na diferença.

Aspectos da história da surdez

De acordo com Reily (2007), a origem da língua de sinais se deu através da criação dos sinais monásticos usados pelos religiosos entre 910 e 1000 d.C . “Além de meditação e oração, os mosteiros também eram espaços de trabalho, e por isso surgiu uma comunicação silenciosa entre os monges, necessária para o desempenho das várias atividades para subsistência de todos; constituiu-se uma linguagem de sinais manuais”. REILY (2007, p. 07)

De acordo com a autora a obra mais antiga relacionada a comunicação silenciosa de que se tem notícia foi escrita por um monge inglês Venerável Bede (672 – 735),o livro *The ecclesiastical history of the English Nation and the lives of St. Cuthbert & the Abbots*, em que ele registrou um sistema de numerais romanos representados em desenhos de configurações manuais. Além da configuração das mãos, em seu sistema também havia a diferenciação dos números pelo movimento e pela localização das mãos diante do corpo.

Para os religiosos, a aprendizagem do alfabeto manual nos mosteiros era muito importante, pois era através dos sinais que se dava a comunicação e a confissão entre os religiosos e os pacientes enfermos. Visando a divulgação dos sinais entre os religiosos, o frei franciscano espanhol Melchior de Yebra (1526 – 1586) produziu uma pequena obra, *Refugium Informorum*, publicado em Madri no ano de 1593. “A obra contém seis páginas de ilustrações de configurações manuais, muitas das quais são parecidas com as grafias das letras”. REILY (2007, p. 09)

Em 1520 Pedro Ponce de Leon, um monge beneditino é reconhecido como o primeiro professor de surdos, por ter desenvolvido um trabalho de ensino voltado para surdos. “Envolveu-se com a educação de surdos depois que foram enviados ao mosteiro de São Salvador os irmãos

Francisco e Pedro Fernández de Velasco y Tovar, filhos de um casamento consanguíneo da nobreza espanhola” (idem p. 16)

Apesar de ter sido reconhecido nacionalmente, Ponce de Leon não publicou seu método, e após sua morte grande parte dos registros de sua metodologia perdeu-se sobrando apenas descrições de terceiros e uma folha manuscrita pelo próprio monge apresentando-as.

De acordo com testemunhas da época, Ponce de León usava em sua metodologia um alfabeto manual muito parecido ao publicado por Yebra.

Quando Ponce de Leon morreu, uma família para com a qual ele já tinha atuado como tutor (família Velascos) apresentou em forma de testemunho o método que este usava para Juan Pablo Bonet, um filólogo que logo se interessou pela educação dos surdos. Em 1620 Bonet publica um livro no qual ele diz ser o inventor do alfabeto digital e também se apropria de outras técnicas criadas anteriormente por Ponce de Leon (MOURA, 2000, p.18) Porém, de acordo com Plann,(1997 apud Reily 2007, p.17) “as duas metodologias são divergentes demais para sustentar tal hipótese. Bonet enfatizava uma pedagogia ouvinte, tendo como objetivo a fala, ao passo que Ponce de León trabalhou com sinais para chegar na escrita, enfrentando a articulação da fala como etapa final.” Reily (2007 p.17)

Bonet usava em seu método de ensino o alfabeto digital para ensinar os surdos a ler, a gramática era ensinada através da língua de sinais e a fala pela manipulação dos órgãos fonoarticulatórios.

A base oralista do trabalho de Bonet serviu “como modelo para três pilares da educação oral: Pereire nos países de língua de origem latina, Amman nos de língua alemã e Wallis nas ilhas Britânicas”. (idem p.19)

Jacob Rodrigues Pereire (1715-1780), assim como Bonet, era educador de surdos e defendia a oralização. Pereire tinha fluência em língua de sinais, ele usava sinais para instruções,

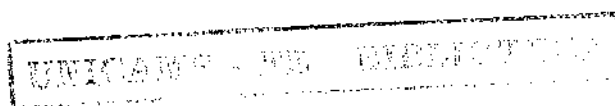
explicações lexicais e conversações com os alunos. Durante o seu trabalho ele modificou o alfabeto digital “criado por Bonet” adicionando seu próprio conjunto de formato da mão, cada configuração passou a corresponder a um som, também criou formas para sinalizar números e pontuação.

Johann Conrad Amman era médico suíço, também participou do movimento a favor do oralismo. Em 1704 publicou um livro no qual “direcionou” a construção do modelo alemão para educação do surdo em nível institucional, que foi iniciado por Samuel Heinicke (1723-1790). Para Amman a fala tinha poderes especiais, pois nela residiria o sopro da vida, o espírito de Deus.

Para ensinar os surdos ele usava sinais (através do alfabeto digital), porém somente até o surdo adquirir a fala, pois em seguida os sinais eram abandonados. A partir daí o ensino era feito pelo uso do sentido do paladar, pois Amman acreditava que o conhecimento do homem só podia se dar através dos sentidos.

Wallis John Wallis (1616-1703) foi um dos mais importantes matemáticos ingleses do século XVII, dotado de uma personalidade multifacetada que o levou a debruçar-se ao longo da vida sobre temas muito diversos. Wallis teve importantes contribuições na decifração de códigos, em questões de linguística e fonética. É considerado fundador do oralismo na Inglaterra, escreveu o primeiro livro inglês sobre educação de surdos. Apesar de afirmar que era fácil ensinar a fala para os surdos levantou um aspecto importante nesse processo – a fala se deteriora pois o surdo precisa de constante feedback externo para monitorá-la.

Em 1760 o abade De L’Epée começou a ensinar os surdos por razões religiosas, inconformado por não poder ouvir as confissões dos surdos se aproximou dos mesmos que vagavam por Paris para aprender a nativa língua de sinais, através da qual eles se comunicavam. De L’Epée reconheceu a língua de sinais como sendo a base comunicativa essencial entre os



surdos. Ele usava os sinais para explicar os conceitos abstratos, para que os surdos entendessem a palavra de Deus.

De acordo com Moura, o método usado por De l' Epée chamado de sistema de sinais “metódicos” consistia numa combinação da língua de sinais nativa com a gramática francesa traduzida em sinais. Ele a considerava, por um lado, uma língua universal, por outro lado, destituída de gramática, sendo necessário a importação da gramática francesa.

Em 1755 De l' Epée fundou sua primeira escola sendo a primeira a obter auxílio público. Ele treinou professores para atuarem com os surdos nas escolas e esses já em 1789 haviam criado vinte e uma escolas para surdos na França e na Europa. REILY (2007, p.24)

Após a revolução francesa e morte de De l' Epée em 1789, a escola fundada por ele se transformara na National Institution for Deaf-Mutes em Paris, sendo que em 1790 Abbé Sicard é nomeado diretor deste instituto.

Nessa época Sicard publicou dois livros; um sobre a gramática geral e outro descrevendo como educar o surdo, nesse livro ele faz um relato detalhado de como ele havia treinado brilhantemente o surdo Jean Massieu.

Este foi um grande momento vivido pelos surdos na história, pois conseguiram ser reconhecidos pela sociedade como cidadãos. Essa “era dourada” na história dos surdos marcou a rápida expansão das escolas para surdos, assim como a aparição dos surdos em cargos importantes e de grandes responsabilidades.

Em 1816 a grande influência positiva das escolas para surdos chegaram nos Estados Unidos através de Thomas Gallaudet e Laurent Clerc. Em 1816 Thomas foi para a França aprender o método de De L'Epée, ele começou a aprender os sinais e o sistema de sinais metódicos no Instituto Nacional para Surdos-Mudo sendo Laurent Clerc o seu instrutor.

No mesmo ano Thomas contratou Clerc para que juntos implantassem, nos Estados Unidos, a primeira escola pública para surdos. Em 1817, eles fundaram o American Asylum for the Deaf, em Hartford. Nas salas de aula era utilizada a Língua de sinais americana, que surgiu da adaptação da língua de sinais francesa, o inglês escrito e o alfabeto digital.

Pessoas de todos os lugares iam estudar na Hartford School, como ficou conhecido o asilo posteriormente. Os surdos que foram mandados para o Asilo Hartford nos anos de formação desta instituição, contribuíram com a força ímpar de sua própria língua para o desenvolvimento da língua nacional. “Tem-se, de fato, uma forte impressão de polinização, de pessoas indo e vindo, levando para Hartford línguas regionais, com todas as suas peculiaridades e seu vigor, e trazendo de volta uma língua cada vez mais aperfeiçoada e generalizada” (Sacks 1990, p.37)

O aumento da alfabetização dos surdos foi espetacular, e logo difundiu-se por outras partes do mundo.

Diante dos grandes resultados, em 1864 o congresso dos Estados Unidos aprovou uma lei que transformara uma instituição para deficientes auditivos e visuais (Columbia Institution for the Deaf and the Blind) em Washington, numa faculdade nacional para surdos-mudos, a primeira instituição de ensino superior especificamente para surdos. Ela foi fundada por Edward Gallaudet, filho de Thomas Gallaudet, hoje chamada de Gallaudet University.

Infelizmente o grande impulso na educação e emancipação dos surdos durou até 1870, quando iniciou-se uma grande corrente pelo oralismo. Segundo Moura (2000), como a língua de sinais não era uma versão do inglês, ela começou a ser rejeitada e forçada a ser substituída pelo inglês oral.

Havia nessa época uma contracorrente de pessoas ligadas às crianças surdas com o pensamento de que o objetivo da educação dos surdos deveria ser ensiná-los a falar e que a língua de sinais interferia no desenvolvimento da fala.

Retornando a França em 1822, com a morte de Sicard começou uma luta pelo poder, e a escola para surdos já começara a ser criticada pelos adeptos do oralismo. Como o surdo treinado por Sicard, Jean Massieu havia se tornado um renomado professor surdo, ele seria naturalmente o sucessor de Sicard para assumir o cargo, porém sob influência dos opositores aos sinais, Jean Marc Itard e do Baron Joseph Marie de Gerando, Massieu foi afastado e Itard assume a direção do instituto.

Itard era médico cirurgião que iniciou suas pesquisas a fim de descobrir uma “cura” ou tratamento para os ouvidos, para a surdez. De acordo com Moura (2000), para realizar seus estudos, Itard dissecou cadáveres de surdos e tentou vários procedimentos: aplicar cargas elétricas nos ouvidos de surdos, usar sanguessugas para provocar sangramentos, furar as membranas timpânicas de alunos. Porém não obteve nenhum resultado. Então “ele considerou que nada poderia ser feito por ouvidos mortos” (Moura, 2000, p.25) E após dezesseis anos de experiências frustradas ele rendeu-se a língua de sinais como sendo o único meio de educar os surdos.

Nos Estados Unidos, Horace Mann, Samuel Gridley How entre outros, foram grandes defensores do oralismo. Eles clamavam pelo fim dos asilos que adotavam a língua de sinais e pela introdução de escolas progressistas. De acordo com Sacks (1990) em 1867 foi inaugurada a primeira escola progressista a Clarke School for the Deaf, em Massachusetts, e ainda outras escolas como a Northampton School, na Inglaterra.

Devido a expansão do oralismo nas escolas, Edwar Gallaudet iniciou um processo de investigação e percorreu quatorze países observando o método de ensino. Quando retornou aos Estados Unidos ele pôde ter certeza de que a língua de sinais era necessária como veículo de instrução, mas admitiu que poderia haver um método combinado entre fala e sinais. Portanto, o

papel da escola seria fornecer treinamento em articulação e em leitura orofacial para aqueles alunos que poderiam se beneficiar deste treinamento.

Mas sem dúvidas o mais importante e árduo defensor e representante do método oralista foi Alexandre Graham Bell e quando este começou a defender o ensino oral para os surdos levou consigo toda a influência e prestígio que tinha, fortalecendo “a necessidade” do método oralista.

Em 1880, em Milão aconteceu o II Congresso Internacional de Educadores de surdos que marcou para a sempre a educação de surdos. Segundo Souza (1998), esse congresso foi organizado, patrocinado e/ou conduzido por renomados especialistas ouvintes na área da surdez, todos ardorosos defensores do oralismo. “Cientistas eminentes se utilizaram de todo o prestígio político e econômico de que dispunham em defesa, não só do uso exclusivo da linguagem oral, mas da implantação de mecanismos de controle e proibição da linguagem de sinais.(...) De fato, numa Assembléia Geral realizada durante o Congresso, e do qual, vale dizer, todos os profissionais surdos foram excluídos, decidiu-se pela adoção universal, no ensino de surdos, do oralismo em sua forma “pura”.” (Souza,1998 p. 88/89)

A partir de então, os surdos foram proibidos de usar sua língua materna, foram forçados a aprender a língua falada. “E talvez isso seja condizente com o espírito da época, seu arrogante senso da ciência como poder, de comandar a natureza e nunca se dobrar a ela.” (Souza p.40)

Sem o uso da língua de sinais, a alfabetização para os surdos tornou-se muito difícil, e gerou graves atrasos e conseqüências no período escolar.

Após anos de luta contra as repressões e proibições, em 1951 os surdos conseguiram conquistar um importante espaço político, criando uma Federação Mundial – a World Federation of the Deaf.

Partindo dos movimentos de resistência, as pessoas começaram a se perguntar o que estava acontecendo com “suas crianças”, pois comparando as crianças que estavam freqüentando o

ensino oralizado com aquelas que freqüentaram anteriormente o asilo Hartford, ou outras escolas que usavam a língua de sinais, notava-se uma grande diferença, pois estas tinham um alto nível de alfabetização e instrução plenamente equiparável ao de seus equivalentes ouvintes, diferente das crianças que usando a oralidade tinham muitas dificuldades em aprender . (Sacks 1990).

Com a percepção de que algo estava errado e também com a influência da mídia sobre a divulgação da língua de sinais e da comunidade surda, aparece a possibilidade de rever o método de ensino. Surgiu então a idéia de um sistema combinado, seria possível combinar sinais e fala? Sugere-se então uma língua intermediária entre o inglês e a língua de sinais, ou seja, um inglês em sinais.

Com essa língua voltamos no tempo dos sinais metódicos de De l'Epée que consistia numa tentativa de criar um meio termo entre sinais e o Francês.

“As verdadeiras línguas de sinais são, de fato, completas em si mesmas: sua sintaxe, gramática e semântica são completas , possuindo, porém, um caráter diferente do de qualquer língua falada ou escrita.” (SACKS, 1998 p.42) Por isso não é possível transliterar uma língua para outra, pois suas estruturas são essencialmente diferentes.

Em 1987 A Federação Mundial – (World Federation of the Deaf) organizou e promoveu um grande encontro internacional em Espoo, na Finlândia, ocorrido entre 20 e 28 de julho. Uma das deliberações desse congresso foi que cada criança ou pessoa surda deveria ter o direito de utilizar livremente, na escola ou em qualquer outro lugar, a língua de sinais de seu país, e que portanto, qualquer escola deveria se preparar para a coexistência, em seu interior, das línguas oral e de sinais. (Actes from X World Congress of the World Federation of the Deaf, 1987 apud Souza, 1998 p. 89)

Aspectos da história da surdez no Brasil

No Brasil a língua de sinais começou a ser difundida em 1855 com a chegada do francês **Hernest Huet**, ex- diretor do Instituto de surdos de Paris.

Hernest portador de surdez congênita veio ao Brasil para expor sua experiência de mestrado e em cursos para comprovar a capacidade dos surdos na área da educação.

Com ajuda de D. Pedro II, em 1857 ele fundou o Instituto de Surdos – Mudos no Rio de Janeiro que tornou-se o Instituto Nacional de Educação do surdo (INES), sendo este durante anos a única escola especial para surdos no Brasil. Vale lembrar que o INES também foi afetado pelo congresso de Milão realizado em 1880, o qual proibiu o uso da língua de sinais, portanto a metodologia do INES se baseou no oralismo por muitos anos.

Com o tempo, o movimento em defesa do surdo ganhou força e de 1923 a 1929 surgiu a Associação Brasileira de Surdos e com ela iniciou-se grandes mobilizações pelo direito de um ensino em língua de sinais (SOUZA, 1998, p.89).

Em 1977 foi criada a FENEIDA, Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos, composta por ouvintes. De acordo com Souza (1998), em 1983 a comunidade surda criou uma comissão de luta pelos direitos dos surdos, uma entidade não legalizada, com trabalho significativo, porque buscava os direitos dos surdos como cidadãos.

Nessa época esta comissão reivindicou a participação efetiva das pessoas surdas como membro da diretoria da FENEIDA, o que foi negado por não acreditarem na capacidade do surdo de dirigir uma entidade. No entanto a Comissão formou chapa e conquistou em assembléia geral a presidência por um ano. O Estatuto foi reestruturado e a Entidade ganhou a denominação de FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos) em nova Assembléia geral em 16 de maio de 1987. (SOUZA, 1998 p.89)

A FENEIS considera e reconhece a LIBRAS “como meio natural de comunicação” de pessoas surdas. Reconhece também a importância do seu uso no contexto escolar, porém advoga

também o “uso da linguagem oficial, na estruturação oral, escrita e da leitura, através do ensino específico, seja em escolas especializadas, seja em classes especiais de escolas regulares”. (Relatório da Feneis, apud SOUZA, 1998 p.98) “Portanto considera como línguas distintas e igualmente importantes , a LIBRAS e o Português, porém mais do que isso, enfatiza a relevância dos dois sistemas na Educação da pessoa surda.” (SOUZA, 1998 p.98)

Na constituição de 1988 temos a iniciativa do governo em abranger a educação para todos, incluindo a educação para pessoas com necessidades especiais.

Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

A partir desse documento a surdez é caracterizada na área educacional como deficiência auditiva, passando a ser oficialmente uma deficiência que precisa de atendimento educacional especializado, na qual a LIBRAS não é considerada como língua e a surdez tampouco como comunidade de minoria.

E apenas em 2002, o governo publica a LEI N.º 10.436 de 24 de abril de 2002, reconhecendo a LIBRAS como língua.

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.
Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (LEI N.º 10.436 de 24 de abril de 2002)

Através desse documento a LIBRAS passa a ser reconhecida oficialmente no Brasil como uma língua. Além do reconhecimento da LIBRAS como uma língua, notamos, nesse período, a preocupação do Governo em capacitar os professores já em exercício, e iniciar um processo de formação para os futuros professores e interpretes para atuarem diretamente com os alunos surdos em sala de aula. Também há um replanejamento para o processo de inclusão de alunos surdos em escolas e em estabelecimentos públicos.

Mas infelizmente mesmo com o reconhecimento da LIBRAS os surdos continuaram sem poder usufruir da mesma nas escolas, dessa vez não foi por causa da obrigatoriedade do método oralista mas pela falta de conhecimento dos professores e profissionais da educação. Pois não basta reconhecer a LIBRAS como uma língua, é preciso divulgá-la, ensinar os profissionais da educação que irão atuar com as crianças e adolescentes surdos nas escolas e em outros ambientes. Mas essa lógica parece que só foi pensada pelo governo dois anos depois.

Em 2005 o governo publica o decreto Nº 5.626, de 22 de Dezembro, que regulamenta a lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, citada acima. Esse decreto legitima a Língua Brasileira de Sinais e traz maior visibilidade a ela. Esse decreto estabelece prazo para o ensino da LIBRAS em Universidades, na formação de professores, reconhecendo a importância e a necessidade dessa língua na comunicação e ensino/aprendizagem no cotidiano dos indivíduos surdos.

As diferentes concepções de surdez no contexto histórico

A concepção e/ou representação da surdez que predominava, explícita ou implicitamente, durante os séculos passados e que ainda mantém o seu poder em boa parte do mundo enquadra-se dentro do modelo clínico-terapêutico, em oposição ao modelo sócio antropológico. O modelo clínico terapêutico está diretamente relacionado com a patologia, com o déficit biológico, “e traduziu educativamente em estratégias e recursos de índole reparadora e corretiva”. (SKLIAR, 2000, p. 110)

A concepção sócio-antropológica da surdez é totalmente oposta ao modelo clínico-terapêutico. Na primeira concepção, os surdos formam uma comunidade lingüística minoritária que apresenta características próprias, como a língua de sinais, a cultura, os valores e hábitos próprios. A comunidade surda se origina em uma atitude diferente ao déficit, já que não leva em consideração o grau de perda auditiva de seus membros.

A surdez é caracterizada pela sociedade majoritária como deficiência auditiva. A palavra deficiência é definida como “toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano”. (decreto de nº 3.298, de 20 de Dezembro de 1999)

Segundo Foucault (1999) o conceito de normalidade começou a se constituir por volta da metade do século XVIII, com a organização das cidades e como consequência do surgimento da população.

A norma, por sua vez, acaba funcionando como elemento que dá visibilidade à multiplicidade biológica, possibilitando a distinção, hierarquização e qualificação das raças, fragmentando, no interior de uma população, uns grupos em relação aos outros. (Foucault, 1999, apud Xavier 2003, p.57)

Segundo Gesueli (2003), a Língua de Sinais ainda é utilizada como instrumento para se atingir a oralização ou a língua escrita, na tentativa de transformar o surdo em ouvinte, o que, em geral, é sinônimo de fracasso.

A partir de tais considerações, “freqüentemente acontece aquilo que pode ser chamado de inclusão excludente ou de integração social perversa, isto é, a ilusão de ser como os demais, de parecer como os demais, o que resulta numa pressão etnocêntrica de ter que ser, forçosamente, como os demais”. (Skliar, 2001 p.17)

Vale considerar que tal pesquisa compartilha do entendimento da surdez como diferença, ou seja, o sujeito surdo se constitui como tal pela língua de sinais daí considerarmos a surdez como uma experiência visual (Skliar, 1999).

Este olhar sobre a surdez suscita inúmeras questões a partir dos documentos analisados. Dessa forma, interessa-nos apontar qual concepção de surdez se faz presente nos documentos atuais. Qual a visibilidade da LIBRAS nesses documentos? O reconhecimento da LIBRAS garante o entendimento da surdez como diferença?

Para a análise dos documentos utilizaremos como metodologia a pesquisa qualitativa com base na análise de conteúdo (Bardin, 1977).

Metodologia

Este trabalho tem como objetivo analisar a trajetória de visibilidade da LIBRAS no contexto educacional, a partir de um olhar histórico, descrevendo as mudanças ocorridas na educação de surdos. Tal análise foi realizada através do compilamento das leis, decretos e portarias que tratam da LIBRAS publicados a partir de 1994.

A metodologia da pesquisa está centrada na análise de conteúdo na qual Bardin (1977) define como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens. A análise do conteúdo, de acordo com Bardin, consiste em três etapas básicas: Pré Análise, Descrição Analítica e Interpretação Inferencial.

Na etapa da pré análise fizemos o levantamento dos documentos. Na etapa da descrição analítica destacamos duas categorias sendo, os documentos que caracterizam a surdez como deficiência e os documentos que apresentam um outro olhar sobre a surdez, reconhecendo e legitimando a LIBRAS. Na terceira etapa, no que se refere à interpretação inferencial levantamos o questionamento sobre o fato de que o reconhecimento da língua de sinais não garante o entendimento da surdez como diferença ou seja, a aceitação do sujeito surdo na sua diferença, conforme propõe a educação bilíngüe para surdos.

Compilação da Legislação e a concepção de surdez que se faz presente

Na etapa da Pré Análise, partindo da proposta de observação da visibilidade da Língua Brasileira de Sinais, analisamos os seguintes documentos:

- Declaração de Salamanca de 1994. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.
- Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional.
- Decreto de nº 3.298, de 20 de Dezembro de 1999, que regulamenta a lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.
- Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares (1999).
- Lei nº 10.098, de 19 dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua de Sinais (LIBRAS) e dá outras providência;
- Portaria Nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições;
- Decreto Nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005 que regulamenta a lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e o art. 18 da lei nº 10.098, de 19 de

dezembro de 2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

- Portaria de nº 555 De 05 de Junho de 2007. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Todas as leis compiladas trazem a idéia de inclusão, porém elas se diferenciam no que tange à visibilidade da língua de sinais e no entendimento do sujeito surdo.

Na descrição analítica dividimos os documentos compilados em duas categorias: Os documentos que caracterizam a surdez como deficiência e que não fazem menção a LIBRAS. E os documentos que reconhecem a LIBRAS como língua, dando visibilidade a ela.

Documentos que caracterizam a surdez como deficiência

Elencamos a seguir, os documentos que consideramos entender a surdez como deficiência, desconhecendo a LIBRAS como língua:

- Declaração de Salamanca de 1994. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.
- Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional.
- Decreto de nº 3.298, de 20 de Dezembro de 1999, que regulamenta a lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.
- Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares (1999)
- Lei nº 10.098, de 19 dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Partindo da visão de escola para todos, estes documentos acima citados trazem a importância de os Governos adotarem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares.

A surdez é considerada como deficiência auditiva. “Perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000HZ e 3.000HZ” (decreto de nº 3.298, de 20 de Dezembro de 1999). Ou ainda, no

mesmo decreto, como uma anormalidade que gera incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

Vejamos que essa é a concepção da sociedade majoritária no sentido de classificar e definir as deficiências e seus portadores para garantir os direitos dos deficientes. No caso da surdez, temos a primazia das perdas auditivas sem na verdade se considerar a possibilidade da língua de sinais.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares (1999), a surdez também é conceituada como Deficiência Auditiva e ainda é classificada como perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala por intermédio do ouvido. Manifesta-se como:

- *surdez leve / moderada: perda auditiva de até 70 decibéis, que dificulta, mas não impede o indivíduo de se expressar oralmente, bem como de perceber a voz humana, com ou sem a utilização de um aparelho auditivo;*
- *surdez severa / profunda: perda auditiva acima de 70 decibéis, que impede o indivíduo de entender, com ou sem aparelho auditivo, a voz humana, bem como de adquirir, naturalmente, o código da língua oral.(p.25)*

Portanto os surdos ainda são considerados em termos legais, como deficientes, como sujeitos que perderam a capacidade de “ouvir”, e por esse motivo muitas pessoas, sem informação, ainda acreditam que os surdos não são capazes de “falar”, que são indivíduos surdos e mudos.

Ao contrário desse pensamento que caracteriza o senso comum, o surdo através da LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) é capaz de “falar”, de compreender, de se socializar. Nesse sentido a surdez se constitui como uma diferença, pois os surdos se comunicam usando uma outra língua pertencente à outra cultura.

A popularização da língua de sinais e a luta da comunidade surda, propiciaram o reconhecimento e a legitimação da LIBRAS. “O uso desta língua no processo educacional trouxe resultados extremamente positivos proporcionando aos surdos oportunidades de desenvolvimento lingüístico e cognitivo.” (ANDRADE 2007 p. 16).

Documentos que reconhecem e legitimam a LIBRAS

Através da observação da história da surdez, podemos entender que diante dos movimentos e das constantes lutas dos surdos, foram promulgadas as leis que reconhecem a LIBRAS como uma língua. Conforme mencionado acima estaremos elencando os documentos que consideramos pertencentes a segunda categoria, a qual reconhece e legitima a LIBRAS.

- Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua de Sinais (LIBRAS) e dá outras providência.
- PORTARIA Nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.
- Decreto Nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005 que regulamenta a lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e o art. 18 da lei nº 10.098, de 19 dezembro de 2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- Portaria de nº 555 De 05 de Junho de 2007. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

A promulgação dessas leis é considerada como uma vitória para os indivíduos surdos, pois nelas há o reconhecimento da LIBRAS como uma língua. A pessoa surda é considerada como aquela que compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura, principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

Além do reconhecimento da LIBRAS como uma língua, notamos a preocupação do Governo em capacitar os professores já em exercício, e iniciar um processo de formação para os futuros professores e interpretes para atuarem diretamente com os alunos surdos em sala de aula. Também há um replanejamento para o processo de inclusão de alunos surdos em escolas e em estabelecimentos públicos.

Diante dos documentos expostos, vale ressaltar a importância do último documento publicado pelo Governo, que tendo em vista a perspectiva de inclusão na educação básica, estabeleceu a Portaria de nº 555 De 05 de Junho de 2007. Tal portaria considera a necessidade de atualizar o documento de 1994 que trata sobre a Política de Educação Especial, propondo uma reformulação sobre o mesmo. Essa portaria tem por objetivo,

Art. 1º Instituir Grupo de Trabalho para rever e sistematizar a Política Nacional de Educação Especial, debatendo junto às instituições de educação superior e no âmbito da educação básica nos estados, municípios e instituições não-governamentais.

Em setembro de 2007 foi publicada pelo governo a versão preliminar da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Esse documento foi alvo de muitas críticas e manifestações feitas principalmente pelas comunidades surdas, professores, instituições existentes por todo o país. A crítica principal era em relação ao fechamento das escolas especiais:

Não criar novas escolas especiais e **transformar** as escolas existentes em centros de atendimento educacional especializado para o atendimento, a produção de materiais acessíveis e a formação docente; (VI - ORIENTAÇÕES AOS SISTEMAS DE ENSINO, Versão Preliminar da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva).(grifo meu)

Para os surdos é imprescindível o direito de escolha, pois estudar em uma escola especial para surdos significa que o aluno aprenderá e se comunicará o tempo todo em sua língua materna (LIBRAS), estando inserido na sua cultura (que é caracterizada pela identidade surda, pela

diferença, pelo uso da língua de sinais) diferentemente da rede regular de ensino, mesmo que este ofereça um interprete em sala de aula.

Sabemos que a função da escola não se resume apenas em alfabetizar, oferecer a escolaridade, mas também consiste na inserção do sujeito na cultura, no entendimento dos valores morais e políticos. “Nesse sentido, percebe-se sutilmente que as representações da cultura hegemônica, ou seja, da cultura ouvinte, estão nas entranhas das propostas de inclusão. A cultura hegemônica tende sempre a produzir populações politizadas de acordo com sua representação” (Quadros 2004 apud Perlin 2006 p. 138). Com este discurso, as autoras remetem à realidade na qual se insere a cultura surda.

O discurso inclusivo por mais político que possa parecer insere o surdo na cultura ouvinte e lhe dá poucas chances de se fazer sujeito surdo, pois a inserção da língua de sinais na sala de aula não garante o apagamento das práticas hegemônicas.

A proposta de encerramento da escola especial tem um significado que vai além da inserção social do surdo, caracterizando bases políticas e ideológicas.

No dia 29 de setembro de 2007, os surdos fizeram uma manifestação na cidade de São Paulo contra a Portaria de nº 555 do MEC. De acordo com Neivaldo Zovico diretor regional da Feneis, “o objetivo principal da manifestação é pelo não fechamento das escolas especiais. Os surdos têm cultura e identidade própria, e acredito que seria um erro impossibilitar uma criança surda do convívio com outras iguais a ela, pelo menos no início do processo educacional.” Um dos slogans da passeata era: Inclusão social, sim. Inclusão na Educação, não. (Paulo Kehdi .Boletim Sentidos)

Em 07 de Janeiro de 2008 foi entregue o Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007.

Esse novo documento foi elaborado por pesquisadores de cada área da educação especial, incluindo a área da surdez, (representada pela profa. Dra. Ronice Muller Quadros - da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC), portanto considera aspectos mais específicos e necessários para o dia a dia das pessoas com necessidades especiais. Por isso diferentemente do documento anterior (versão preliminar) este não traz nenhuma orientação sobre a transformação das escolas especiais e também não traz nenhum impedimento para abertura de novas escolas especiais.

Letras-Libras e bacharelado em tradução e interpretação Letras-Libras. Sendo este o primeiro a ser oferecido no Brasil. A licenciatura em Letras-Libras visa à formação de educadores surdos para o ensino fundamental. Já o bacharelado em tradução e interpretação é dirigido preferencialmente a alunos ouvintes, mas com vagas eventuais para surdos.

Após o decreto 5.626 de 2005, que regulamenta a lei 10.426 reconhecendo a Libras como língua, as universidades brasileiras terão até 2012 para oferecer nos cursos de licenciatura e fonoaudiologia ao menos uma disciplina sobre LIBRAS, no caso da Unicamp em 2005 a disciplina EP 528 – Educação de Surdos e Língua de Sinais, começou a ser oferecida na Faculdade de Educação como matéria eletiva, sendo que na última reformulação curricular do curso de Pedagogia, ela passou de eletiva para disciplina obrigatória. No curso de Fonoaudiologia, também encontramos a disciplina FN-408 Fundamentos da língua brasileira de sinais.

Por fim, todas essas mudanças que vêm ocorrendo na área da surdez, desde a concepção, o reconhecimento e a inclusão, devem-se aos movimentos dos próprios surdos, das comunidades formadas por eles, e de todas as pessoas que direta e/ou indiretamente convivem com a realidade da surdez.

“Nós, surdos, no contexto da modernidade tardia, estamos construindo os espaços de nossa cultura estabelecendo vínculos com aqueles que compartilham nosso mundo e são diferentes de nós”. Perlin (2006, p. 136)

Essa é a caracterização da nossa atual realidade, uma sociedade que começa a despertar para o reconhecimento das diferenças. Porém esse despertar é muito tardio, note que o primeiro documento que se refere a LIBRAS como uma língua é de 1994, na Declaração de Salamanca, ainda que “discretamente” a declaração cita a linguagem dos signos, como meio de comunicação entre os surdos. Em seguida com total visibilidade e importância o documento publicado em

2002, que dispõe sobre a Língua de Sinais, a reconhecendo como língua. Mas infelizmente só a partir do documento de 2005 que regulamenta o decreto de 2002, vimos algumas iniciativas.

De acordo com o decreto de 2005 (nº 5.626) art.2º “A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior(cursos diferentes de pedagogia, licenciaturas e fonoaudiologia) e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto”.

Hoje, em 2008 ainda não conseguimos ver a aplicação dessa lei, será que a LIBRAS só é necessária na área educacional? Percebemos que há uma preocupação de inclusão, mas na realidade essa preocupação só está se estendendo às áreas educacionais, será que os surdos não têm o direito de se relacionar com qualquer pessoa? Ou de trabalhar em qualquer outra área diferente da educação?

Apesar de alguns documentos reconhecerem a LIBRAS como língua, ainda não podemos afirmar que a concepção de surdez presente nesses documentos esteja baseada na diferença, pois para que isto aconteça é necessário o reconhecimento de toda uma cultura surda que vai além da questão lingüística.

Os documentos que dão visibilidade a LIBRAS atualmente, nos trazem muitas idealizações, que na prática não estão sendo aplicadas, por vários motivos, por exemplo:

§ 2º A partir de um ano da publicação deste Decreto(5.626, de 2005) os sistemas e as instituições de ensino da educação básica e as de educação superior devem incluir o professor de Libras em seu quadro do magistério.

Hoje dificilmente encontramos professores fluentes em LIBRAS nas escolas regulares, o que nós encontramos são professores especialistas em educação especial que fazem uma espécie

de rodízio entre as escolas. Essa visão contrasta com o ideal de inclusão presente também nos documentos analisados.

Hoje as crianças não têm materiais adequados para seu aprendizado e também não há profissionais competentes para o ensino e acompanhamento de seu desenvolvimento presentes nas salas de aula. Portanto atualmente a inclusão só tem acontecido no papel. E a Língua de Sinais pouco aparece nas escolas regulares onde os surdos estão “incluídos”.

MEC. **Exame em LIBRAS**. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/index.php?option=com_content&task=view&id=188&Itemid=351>. Acesso em: 02 jul. 2008.

MEC. **Legislação Específica**. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/index.php?option=content&task=view&id=159&Itemid=311>>
Acesso em 15 jan. 2008.

MOURA, Maria C. de. **O surdo. Caminhos para uma nova identidade**. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

PERLIN, Gladis. **A Cultura Surda e os Intérpretes de Língua de Sinais**. ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v.7, n.2, p.135-146, jun. 2006.

QUADROS, Ronice. M. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

REILY, Lucia. **O papel da Igreja nos primórdios da educação dos surdos**. Revista Brasileira de Educação, vol. 12, no.35, p.308-326. Maio/Agosto. 2007

SACKS, Oliver. **Vendo Vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos**. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

SILVA, Ivani. R; KAUCHAKJE, Samira; GESUELI, Zilda. M. **Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidades.** Campinas: Plexus, 2003.

SKLIAR, Carlos. **Educação & Exclusão. Abordagens Sócio-Antropológicas em Educação Especial.** 2.ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

SKLIAR, Carlos. **Seis perguntas sobre a questão da inclusão ou de como acabar de uma vez por todas com as velhas – e novas – fronteiras em educação.** In. Revista Pro-posições. Campinas: FE, v.12, n2-3, jul/nov, 2001, p. 11-21.

SOUZA, Regina.M.de. **Que palavra que te falta?** Linguística e educação: Considerações epistemológicas a partir da surdez. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. Língua e sujeitos de fronteiras: um pouco mais, e ainda, sobre a educação de surdos. In: ARANTES, V.A. (Org). **Educação de Surdos: Pontos e Contrapontos.** São Paulo: Sumus, 2007.

VEIGA-NETO, Alfredo. Incluir para saber. Saber para incluir. In. **Revista Pro-posições.** Campinas: FE, v.12, n2-3, jul/nov, 2001, p. 22-31.

XAVIER, Evelise Cristina Couto. **Mais Falares Sobre a Inclusão: Diferenças ou Repetições?** 79 f. Dissertação (Mestrado) - Fe - Unicamp, Campinas, 2003.